



FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Como os contos de fadas podem ajudar na conscientização dos maus-tratos infantis.

Tamires Marina Valter.

Me. Ana Carolina da Silva Steola

RESUMO

A presente pesquisa de conclusão de curso (TCC), tem como intuito fazer uma busca bibliográfica exploratória através dos autores Guerra, Azevedo, Gonçalves, Ariès, Hueck, Rogerio F Guerra, Bettelheim, Alexander, Corso e Corso que abordam uma análise aprofundada sobre a história da violência infantil e como ela ainda está presente ainda nos dias atuais. O surgimento dos contos de fadas e como ele foi se transformando com a passagem do tempo, mas ainda mantendo em sua essência, mesmo que disfarçado, alguns atos de violência. Por conseguinte, também foi realizada uma busca a fim de mostrar como a ludicidade junto dos contos de fadas podem desenvolver o imaginário infantil, ensinar a lidar com situações do cotidiano sejam elas boas ou ruins, e, conscientizar também sobre os mais variados tipos de maus-tratos infantis. Diante do exposto da questão que gerou essa pesquisa, como os contos de fadas podem ser utilizados para ajudar na identificação, precaução e conscientização sobre os maus tratos infantis através da ludicidade? E para ajudar nas buscas por resposta, além da pesquisa bibliográfica exploratória também foi realizado uma pesquisa de campo, na esfera qualitativa voltadas para os profissionais da educação que passam a maior parte do tempo no dia a dia com crianças.

Palavras-chave: “Contos de fada”, “Abuso Infantil”, “Maus Tratos Infantis”, “Conscientização”.

ABSTRACT

The present undergraduate thesis research aims to conduct an exploratory bibliographical search through the works of authors such as Guerra, Azevedo, Gonçalves, Ariès, Hueck, Rogerio F Guerra, Bettelheim, Alexander, Corso, and Corso. These authors delve into a profound analysis of the history of child abuse and how it still persists in today's society. The research also delves into the emergence of fairy tales and how they have evolved over time while retaining some elements of violence in their essence, albeit disguised. Furthermore, the study includes an investigation into how playfulness, combined with fairy tales, can nurture children's imagination, teach them to cope with everyday situations, both positive and negative, and raise awareness about various forms of child abuse. In light of the

research question that prompted this study, the focus is on how fairy tales can be used to aid in identifying, preventing, and raising awareness about child abuse through the use of playfulness. To facilitate the search for answers, in addition to the exploratory bibliographical research, a qualitative field study was conducted, targeting education professionals who spend a significant portion of their daily lives with children.

Keywords: "Fairy Tales," "Child Abuse," "Child Maltreatment," "Awareness"

1. Introdução e Referencial teórico

1.1 – Contexto histórico da violência infantil

Desde os primórdios da civilização as crianças não eram vistas como indivíduos que necessitavam de reconhecimento e de direitos. Gonçalves, (2003) apud Alves (2007, p.19) cita que “a criança não possuía um papel importante na sociedade no século IX a.C., o infanticídio era tolerado nos tempos difíceis.”

Segundo Adorno (1988) apud Guerra (2008) apud Alves, (2007, p.07) “a violência é uma forma de relação social, atada ao modo pelo qual os homens produzem suas condições sociais de existência”. Percebe-se que a violência sempre fez parte da cultura do homem. Guerra, (1998) apud Alves (2007, p.30) “a violência mostra os padrões de sociabilidade, modos de vida e modelos atualizados de comportamentos vigentes em uma sociedade, em um momento determinado do seu processo histórico.”

Dessa forma na história da infância percebe-se que era comum crianças serem mortas pelos seus familiares, e em muitas circunstâncias não era algo malvisto. Como por exemplo, os gregos que assassinavam suas proles quando nasciam com alguma deficiência, fosse ela física ou mental. As crianças eram jogadas de penhascos pois para eles beleza e saúde era sinônimo de perfeição, sinônimo esse que eles buscavam para seus futuros guerreiros, o que mostrassem algum tipo de fraqueza eram logo descartados, em outras palavras:

"De todo modo, é sabido que em Esparta crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sociocultural de Esparta e da Magna Grécia" (Pessotti, 1984, p. 3 apud Marchese, 2002, n.p)

Na Roma Antiga existia o Pater¹, onde o homem mais velho da família assumia as responsabilidades e conseqüentemente tinha o poder de escolha de vida e morte das crianças. Os Pater eram responsáveis pelas condutas de suas progênes e respondiam em sociedade caso alguma regra fosse quebrada. O direito romano da época permitia o abandono como forma para a diminuição de vinganças entre famílias. “Evidência com esses fatos que a prole não tinha valor afetivo, mas eram vistos como valor econômico.” Gonçalves (2003) apud Alves (2007).

Ariès (1978, p.17) aponta que “no século XVII o infanticídio era tolerado mesmo sendo punitivo em Roma, e muitas vezes eram feitos em segredos e taxados como acidentes”, como por exemplo, pais que justificavam a morte de seus filhos asfixiados como descuido por dormirem na mesma cama.

Na Rússia em meados do século XIX, correções corporais eram explicadas como fins educativos, os russos eram inflexíveis e rígidos assim havia muita severidade e pouco afeto com as crianças o que resultava em um índice alto de mortalidade infantil. Havia também uma tradição que aumentava esses dados, Gonçalves (2003) apud Alves (2007, p.8) relata que “recém-nascidos eram colocados em banho de água fria e depois sobre a neve para averiguar as “condições de adaptação” da criança ao rigoroso frio russo”.

No livro *Na Senzala Uma Flor* do autor Slene (2012), ele analisa a observação de Robert Walsh sobre as mulheres escravas, onde no século XIX, época da escravatura no Brasil acontecia muito infanticídio. As mães escravas assassinavam seus filhos através do aborto para evitar segundo Walsh apud Slene (p.207, 2012) “a desgraça de por mais escravos no mundo”.

Entretanto em algumas localizações e momentos da história da violência infantil haviam algumas emendas. No Egito Antigo segundo Mark (2017, p.01) “a lei egípcia era baseada no conceito cultural central de ma’at (harmonia)”. Assim como existiam leis, também havia juízes para que as leis fossem seguidas. Mas no Império Antigo, a profissão

¹ Pater: Na Roma antiga Pater era a autoridade máxima da família, sendo o descendente masculino mais antigo, ele era quem cuidava do patrimônio familiar, cultos religiosos e tinha responsabilidade total por cada membro da família.

de juiz era denominada para os sacerdotes que segundo Mark (2017, p.02) “consultavam deuses para chegar a um veredicto, ao invés de pesar as evidências e ouvir testemunhas”.

Apenas no Império Médio que foi situado juízes profissionais, além de criarem a primeira força policial profissional. Havia nesse momento as mais diversas penalidades, porém a que chama atenção é a punição para quem matasse membros da própria família.

“Crianças que matavam os próprios pais passavam por um calvário em que pedaços de sua carne eram cortados com bambu antes de serem colocadas em uma cama de espinhos e queimadas vivas. Contudo, pais que matavam seus filhos não eram condenados à morte, mas sim forçados a segurar o corpo da criança morta por três dias e três noites.” (David, 2007 apud Mark, 2017)

Segundo Gonçalves (2003) apud Alves (2007, p.09) “Nas Ilhas Britânica, era aceito o filicídio podia-se fazer o que quisessem com a criança nas primeiras 24 horas; depois deste período a criança seria alvo de proteção de toda comunidade e não mais podia ser morto”.

Dessa maneira percebe-se que os mais diferentes tipos de violências, maus-tratos eram partes da vida das crianças desde a antiguidade, sendo até mesmo uma questão cultural de cada localização.

“As práticas de filicídio passaram a ser vistas como cruéis e, diante da ineficácia dos dispositivos legais, a moral religiosa começa a recomendar o abrandamento do trato com as crianças.” (Gonçalves, 2003 apud Alves 2007, p.09)

O historiador Philippe Ariès (1978, p.16) contextualiza uma transição da concepção da infância, analisando o surgimento do sentimento da infância no final do feudalismo para o início do capitalismo, ao fazer um estudo desde a idade média. As crianças se misturavam ao mundo adulto e o sentimento que havia por elas era apenas quando muito novinhas em um sentido de que segundo Ariès, (1978, p.10) “os adultos se entretinham brincando com elas como quem se diverte com um animalzinho de estimação ou um “macaquinho impudico”.

A infância passa a ter um olhar mais voltado a ela apenas quando a burguesia começa a querer que seus filhos fossem educados com o intuito de se preparem para as

atividades futuras que iriam exercer. Ou seja, uma questão de cuidado com a economia da família, fazendo assim com que surgisse o sistema educacional. Ariès (1978, p.11), aponta que “a afeição familiar se expressaria sobretudo, através da importância que se passou a atribuir a educação e o processo de segregação da criança na sociedade adulta, como traço particular da sociedade burguesa”.

Junto ao surgimento do sistema escolar, também se atribuiu métodos punitivos mais rígidos que os anteriores. Segundo Pollocke (apud Guerra, 1998 Alves, 2007, p.10), “o desenvolvimento do conceito de infância se apresentou acompanhado dos mais severos métodos de educação”, ainda “A veiculação de uma ideia de subordinação e dependência, atrelada ao conceito de infância, tornou os castigos contra as crianças ainda mais bárbaros que em tempos anteriores”. (Guerra, 1998 apud Alves, 2007, p.10)

Para o psico-historiador, Lloyd deMause, apud Alves (2007, p.11) “a situação das crianças foi melhorando através dos séculos. Está controversa nos mostra, em uma retrospectiva histórica até os dias de hoje, o quanto o tema da violência contra a criança ainda está longe de uma conclusão”.

“A única certeza que temos é a de que (...) ainda nos defrontamos com este fenômeno e em números assustadores.” (Guerra, 1998 p. 57).

1.2 – Direito da criança e a proteção contra a violência

O primeiro estudo científico sobre violência doméstica infantil se deu na França em 1860, na área da medicina com 32 casos onde ocorreram 18 mortes. Esse estudo feito por Auguste Ambroise Tardieu, presidente da academia de medicina de Paris, constatou vários ferimentos nos corpos das crianças e descreveu também discrepâncias nos discursos dos pais e comportamentos suspeitos, mesmo perante evidências clínicas. (Guerra; 1998, Gonçalves; 2003, Azevedo e Guerra; 1998 apud Alves; 2007, p.12).

Segundo o autor Wolff (1988) apud Neves (2017):

“Ele apresenta 32 casos (18 mortos) de crianças submetidas a sevícias, metade das quais com idade interior a cinco anos. Descreve ainda as lesões sofridas, fraturas, queimaduras, hematomas, equimoses etc. o Prof. Tardieu aborda a questão da discordância entre as explicações fornecidas pelos

agressores e as características das lesões. Pode-se dizer que o professor foi o primeiro que estabeleceu claramente o conceito de criança maltratada”. (Wolff, 1988)

Complementando essa fala:

“Entre os numerosos e diversos fatos que compõem a história médico-legal das pancadas e ferimentos, há um que forma um grupo completamente separado do resto. Estes fatos que até agora permaneceram em total obscuridade merecem, por mais de uma razão, serem trazidos à luz do dia. Refiro-me aqueles relativos ao tratamento brutal e cruel do qual algumas crianças são vítimas e imposto por seus pais, seus professores, por aqueles que exercem uma autoridade mais ou menos direta sobre elas... desde a mais tenra idade estas indefesas e desafortunadas crianças passam a cada dia e a cada hora pela mais severa crueldade...por punições corporais violentas, torturas que encham de horror a nossa imaginação, que consomem seus corpos, encurtam suas vidas e finalmente a coisa mais inacreditável é que os executores destas crianças são na maioria das vezes aqueles que lhes deram a vida- isto é o problema mais terrificante que perturba o coração do homem”. (Wolff, 1988).

Entretanto, o Estado e as famílias influenciadoras da época fizeram com que o trabalho de Tardieu não tivesse reconhecimento na comunidade científica e na sociedade geral. (Alves, 2007, p.12)

Apenas na década de 60 voltou-se a discussão sobre violência por conta dos médicos Kempe e Silverman que deram o nome de “síndrome da criança espancada”. A redescoberta da violência infantil em 1960 ocorreu por que na época estava acontecendo vários movimentos como os dos estudantes, movimentos feministas que trouxeram pautas e discussões sobre violência familiar e abuso infantil. (Alves, 2007, p.12)

“Esta síndrome se refere usualmente a crianças de baixa idade que sofreram ferimentos inusitados, fraturas ósseas, queimaduras, etc., ocorridas em épocas diversas, bem como em diferentes etapas, e sempre inadequadamente ou inconsistentemente explicadas pelos pais. O diagnóstico tem que se basear em evidências radiológicas dos repetidos ferimentos”. (GUERRA, 1998, p.34).

Em 1970 deu-se um novo modelo a está problemática pois não apenas médicos tratavam desse assunto, como também foi atribuído a outras áreas como sociologia, serviço social, direito, antropologia, psicologia assim ofertando novas formas avaliativas da violência física. Com isso também se agregou modelos de atendimento com enfoque preventivo sobre a violência infantil (Guerra, 1998 apud Alves, 2007).

Para Assis (2002) “nota-se atualmente uma crescente mobilização da sociedade em torno da proteção à infância”. Com a ideia de que a criança é um indivíduo que necessita de proteção pela família, pelo Estado e pela sociedade, no século XX dão início a políticas públicas em prol do reconhecimento da infância, com proteção integral e plenos direitos. (Alves, 2007)

Segundo Alves, 2007 com as mudanças em torno da concepção de criança, instituiu-se a elas direitos de cidadão e seres em processos de desenvolvimento. Essa iniciativa representou um avanço em termos legais, pois garantiu direitos e respeitos em esferas mundiais. Porém nem todas as crianças tem seus direitos ofertados e atendidos, alguns tem seu desenvolvimento prejudicado e necessitam de serviços de assistência concretas, o que afirma El-Khatib, (1998) “na maioria estas crianças são caracterizadas por viverem uma situação de risco social e pessoal”.

Azevedo e Guerra, (2004) diz que “independente da cultura e sociedade em que está inserida a infância tem que ser reconhecida como valor universal”. E demanda de um duplo reconhecimento conhecimento:

“condição específica enquanto ser humano necessitando de proteção e cuidados especiais e definindo a infância enquanto uma condição concreta de existência e reconhecimento de sua condição peculiar enquanto ser político, sujeito de direitos necessitando proteção legal enquanto cidadão.” (Azevedo e Guerra, 2004)

Ainda Gonçalves 2003, Azevedo e Guerra 2004, “ressaltam o aspecto da cultura enquanto um fator para as dificuldades conceituais, visto que muitas definições ou dependem de definições legais, ou variam com a sensibilidade de cada cultura”.

A definição de violência doméstica contra crianças e adolescentes segundo Guerra (1998), diz o seguinte:

“Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento.” (GUERRA, 1998. p. 32)

Segundo Alves, 2007, p.17:

“o termo vítima traz duas ideias que se complementam, sacrifício e imposição de dano. A condição de vítima não é natural, reflete um processo de fabricação. Na nossa sociedade a produção da criança-vítima é resultante de dois processos: o de vitimização consideradas crianças de alto risco, e o processo de vitimização de crianças em estado de sitio. “

Em 1989 a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança e institui no art. 19:

“(…) A criança deve ser protegida contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.” (Gonçalves, 2003).

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) prevê no art.7, p. 15 que:

“à criança e o adolescente tem direito a proteção, a vida e à saúde mediante a efetivação de políticas públicas que permite o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”

E no art. 5:

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.”

No Brasil a constituição federal brasileira de 1988 afirma criar mecanismos para coibir a violência no interior familiar. Crianças que passam por situações de violências acabam tendo danos físicos e psicológicos. Só no Brasil segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania no ano de 2019 o Disque100 recebeu cerca de 86.837 denúncias divididas em negligência, violência psicológica e violência física. No mundo todo, sem distinção de vida econômica de acordo com a (UNICEF) o número de vítimas chega a 1 bilhão entre idades de 2 a 14 anos. A consequência desses maus-tratos vindos nas primeiras fases da vida, desencadeiam em doenças psicológicas levadas a vida adulta, além de desencadear também problemas com o aprendizado, o cognitivo e o convívio social deste indivíduo. (Silva e Camargo, 2022)

A Constituição Brasileira tornou-se mecanismo de reconhecimento dos direitos e proteção as crianças. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) prevê uma rede de proteção integral a criança, definindo a obrigatoriedade dos profissionais sejam de educação, saúde entre outros a denunciarem ao conselho tutelar, tendo como papel fundamental na identificação e intervenção, dando prioridade a criança. (Silva e Camargo, 2022)

1.3- A violência nos contos de fada

A violência infantil não está somente na realidade, mas também em histórias infantis segundo Hueck (p. 12, 2016), “atrás de cada enredo simples existe narrativas sobre questões de vida e morte, alegria e tristeza, conquista e derrotas”. E enfatiza que quem lê os contos podem encontrar caminhos diferentes para resoluções de problemas, assim se identificando com a situação que o personagem está enfrentando.

No livro “O Lado Sombrio dos Contos de Fadas”, escrito pela autora Karen Hueck, 2016 é possível ver um comparativo sobre essa ideia de mundo real e a violência, misturado com a fantasia e a cultura, onde ela diz:

“Ao ler contos originais, é importante ter em mente que nenhuma maldade era gratuita; pelo contrário, ela deriva de costumes e certezas que faziam todo o sentido nos séculos passados. As narrativas surgiram em épocas em que as bruxas existiam de verdade – e foram queimadas nas fogueiras aos milhares; em tempos em que os pais abandonavam filhos no meio da floresta quando não tinham condições de alimentá-los; em sociedade em que belas mulheres de fato se casavam com feras assustadoras (em formatos de homens, mas, ainda assim, assustadoras).” (Hueck, p.14 2016)

Alguns exemplos de acontecimentos que podem ser vistos como tipos de violências em contos de fadas, são o rapto/sequestro de Rapunzel ainda bebê, abandono na floresta na história de João e Maria, canibalismo com chapeuzinho vermelho, abuso psicológico e físico, negligencia e até mesmo estado de escravidão com branca de neve, cinderela entre outras. Pois segundo Hueck, 2016 “originalmente os contos não eram como os que temos acesso, entretanto mesmo com adaptações, ainda persistem partes ruins mesmo que passadas despercebidas”.

“As crianças se encantam com o desfecho das histórias (a prevalência do “bem” sobre o “mal”), mas os olhos atentos de um adulto também enxergam a instabilidade familiar.” (Rogerio F. Guerra, 2009.)

Os contos de fadas surgiram através da oralidade, onde as pessoas sentavam para contar histórias sobre o cotidiano. Porém acrescentavam símbolos e fantasias no meio dos enredos para entreter aqueles que ouviam, “as histórias misturam elementos da mitologia, religiosidade e do folclore medieval” Rogerio F. Guerra, 2009. e “Contar uma história – ou seja, comandar a palavra – era vital para alguém que quisesse se tornar líder, xamã, padre, sacerdotisa, rei, rainha, curandeiro, benzedor, clérigo etc. em uma família, um clã, uma tribo ou uma pequena sociedade específica”, aponta Jack Zipes apud Hueck, 2016, estudioso de contos de fadas em seu livro *The Irresistible Fairy Tale*. O que ressalta esse pensamento ainda é Bernhard Lauer, diretor do Museu Grimm, em Kassel, na Alemanha:

“Já temos evidências suficientes que mostram que os contos foram sendo difundidos e adaptados ao longo dos séculos em diversas culturas.” (Bernhard Lauer,...)

Segundo Hueck, 2016 em uma análise sobre os contos de fada a autora revela que:

“o surgimento das histórias escritas se deu no século XVII com o francês Charles Perrault considerado pioneiro dos contos de fada. Charles era advogado, escritor literário e poeta, onde reuniu as histórias que eram contadas verbalmente e escreveu a coletânea de historietas “Contos do Tempo Passado com Moralidade” que depois passou a ser “Histórias da Mamãe Gansa”. Charles, entretanto, escrevia os contos com o intuito de entreter o leitor e não se preocupava com o conteúdo de violência ou maldades que tinham, inclusive com crianças em suas histórias.” (Hueck, p.50-51, 2016)

O que confirma a análise de Hueck 2016, é o que Perez ressalta:

“(…) Na versão de Charles Perrault, quando ainda não havia a preocupação em adaptar os contos recolhidos da tradição oral, não existia a figura do Caçador (...) Chapeuzinho Vermelho ficava nua, deitava-se com o lobo e morria devorada por ele. Em outra versão ainda mais obscura, a menina era enganada pelo lobo que a induzia a comer a própria avó cozida, além de beber seu sangue servido em uma taça de vinho” (Perez, Luana C, ...)

Segundo Karin Hueck, 2016 (p.54) Charles deu o título do seu livro *Contos do Tempo Passado com Moralidade*, porque sua ideia principal era passar ao final de cada história uma pequena lição de moral para educar:

“Crianças, especialmente as moças bonitas e bem-nascidas, jamais deveriam falar com estranhos, porque, se o fizerem, podem acabar virando janta de lobo. Há também aqueles que são charmosos, quietos, educados, modestos, complacentes e doces, que perseguem jovens mulheres em casa e nas ruas. E, infelizmente, esses lobos gentis são os mais perigosos de todos.” (Perrault, Charles, 1697 apud Hueck, 2016)

Segundo Hueck, 2016, (p.55) “na história de Perrault sobre a chapeuzinho vermelho ser abusada e morta pelo lobo era dado a menina como culpada e não vítima”. E em sua concepção, Perrault pensava que isso servia como uma forma de passar as crianças que se não obedecessem podiam ser punidas, sendo elas inocentes ou não, um pensamento controverso com o atual.

Os contos tiveram uma mudança significativa em suas narrativas apenas quando os irmãos Jacob e Wilhelm Grimm resolveram fazer uma coletânea dos contos já existentes e adapta-las a seus modos. Alguns autores que inspiraram os irmãos Grimm além de Perrault foi também Giambattista Basile e Gianfrancesco Straparola. (Hueck; Karin, p.90, 2016).

Wilhelm Grimm foi o que mais se empenhou em adaptar os contos e volta-los ao público infantil, o livro “Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos” tivera ao todo sete versões, tirando de seus enredos alguns conteúdos e detalhes que pudessem deixar as crianças espantadas. (Hueck, Karin, 2016 p. 92, 95).

Entretanto quem realmente tornou os contos como conhecemos atualmente foi Walter Elias Disney, tirando qualquer violência explícita, julgando-as como inapropriadas para crianças. “Para ele, o mundo deveria ser puro e irretocável, pouco importando como as histórias eram contadas antes dele.” (Hueck, Karin, 2016, p. 97).

Nasceu assim os contos de fadas que conhecemos nos dias de hoje, Walter Elias Disney apropriou-se por completo dos contos os enchendo de magia e encanto.

Dessa forma, diante de tal contexto, foi pensado sobre a seguinte questão: Como os contos de fadas podem ser utilizados para ajudar na identificação, precaução e conscientização sobre os maus tratos infantis através da ludicidade?

1.4- O lúdico, os contos de fadas e a violência

O brincar de faz de conta tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança, principalmente no mental. Oliveira, 2002 ressalta:

“o brincar na vida do ser humano nos primeiros 6 anos de vida tem grande significado pois é um processo evolutivo neuropsicológico saudável e forma de manifestação que a criança organiza sua realidade e lida com seus conflitos”. (Oliveira, 2002)

Ainda segundo Alves, 2007 complementa que “o brincar introduz de forma significativa, prazerosa e eficiente no universo socio-histórico-cultural e dá suporte no processo ensino/aprendizagem na construção da reflexão, autonomia e criatividade”.

Como nem sempre a criança consegue se expressar em palavras, as brincadeiras contribuem muito para compreendermos como a criança constrói o mundo em sua perspectiva. Para Piaget (1971), “quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois sua interação com o objetivo não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui”.

Dessa forma o lúdico ajuda no desenvolvimento de aspectos sensório-motores, socioemocionais e cognitivos e introduz a criança na cultura, pois ela convive com o meio significando e ressignificando experiências e explorando o ambiente, expressando individualidade. (Alves, 2007)

Segundo Kishimoto (2002) “a conduta lúdica oferece oportunidades para experimentar comportamentos, onde em outras situações denominadas normais não seriam testados por medo de erro e punição”.

Emmel (2004) defende que “na faixa etária dos 3 aos 6 anos deve-se estimular o faz de conta utilizando recursos da dramatização e do palco, possibilitando que a criança crie situações e histórias”. Assim os contos de fadas é uma ótima ferramenta de auxílio no imaginário infantil.

Segundo Bettelheim (2002), psicanalista austríaco, um dos estudiosos dos contos de fadas, “a criança é capaz de extrair significados diferentes do mesmo conto de fadas, dependendo de seus interesses e necessidades do momento, processando-os e ressignificando”.

Ainda complementando essa ideia segundo Bettelheim, (1975), Alexander et al., (2001), “os contos de fadas servem também para transmitir ensinamentos as crianças, sendo eles éticos e morais, dando-as uma visão diferenciada do mundo”.

Os contos de fada, tem um benefício próprio pelo fato de que através dele, a criança pode expor abertamente seus sentimentos, comparando com o que se passa nos contos. (Alves, 2007)

Um estudo feito pela discente do departamento de psicologia, Luisa Guimero Dias; Mestre e Docente Jane Biscaia Hartmann; discente do departamento de psicologia, Cristiane I. Gheno; e discente do departamento de psicologia, Luiza de L. Passianotto analisaram uma criança que sofreu de violência sexual, onde foi pedido que ela contasse sobre a história da chapeuzinho vermelho, a criança contou de forma que deu a entender que ela era a personagem da história e os fatos que aconteceram com ela. Segundo as pesquisadoras, “a criança em sua narrativa enfatiza o dialogo do lobo com a chapeuzinho”. (Dias, L. G. *et. al.* 2008)

Corso e Corso (2006), afirmam que “mesmo após várias modificações, permanece quase intacta a fala da vítima que mesmo com desconfiança, acaba se entregando inocentemente ao feroz animal”.

As pesquisadoras Dias *et. al.* (2008) percebem também que “a narrativa contada pela criança que nos chama a atenção, é o fato dela não ter solucionado o conflito da história, omitindo assim a figura do lenhador”.

“o lobo e o lenhador são faces da mesma figura paterna que, enquanto um vem para exterminar, o outro vem para reparar, proteger e cuidar. Sendo assim, é possível pensar no caso de abuso sexual na figura paterna somente como devoradora e exterminadora, não tendo possibilidade da criança se sentir protegida ou reparada pela função paterna, incitando assim uma dificuldade de realizar a reparação sozinha”. (Betterheim, 2002)

As autoras Dias *et. al.*, (2008) do estudo com a criança que passou por violência sexual finalizam que “o infante é capaz de expressar e elaborar seus conflitos através do lúdico (...) foi uma tentativa de compreender, demonstrar e organizar todas as experiências traumáticas vivenciadas por ela em consequência do abuso sofrido”.

Pensando neste contexto o objetivo geral dessa pesquisa é uma breve análise da violência infantil, como os contos de fadas tem muito em comum com a cultura e a realidade ainda na atualidade, e de que forma ele pode ajudar para a prevenção dos maus tratos infantis.

O objetivo específico é mostrar que através da ludicidade os contos de fadas podem ser uma ótima ferramenta de identificação e prevenção dos maus tratos infantis, pois utilizando de suas histórias é possível recriar com as crianças cenas de seus cotidianos e evitar certos tipos de situações que podem colocar as crianças em situação de risco.

1. Metodologia

O trabalho conta com uma análise sobre a história da violência infantil, a violência nos contos de fadas e a ludicidade. Foi de grande importância conhecer a história da violência infantil para que pudesse se ter uma visão mais ampla do surgimento desse fenômeno e entender o porquê de ele ainda ocorrer.

Autores como Guerra, Azevedo, Gonçalves e Ariès entre outros, foram fundamentais contribuintes para o entendimento desse acontecimento na vida das crianças, antes do surgimento do conceito infância e como a ludicidade oferece oportunidades para as crianças se expressarem.

Ainda para compreender como os contos de fadas tem uma conexão com a violência em seu surgimento e foram utilizados autores como Karin Hueck, Rogerio F Guerra, Bettelheim, Alexander entre outros.

Essa é uma pesquisa bibliográfica exploratória, com fontes primárias e secundárias, com abordagem qualitativa. Devido ao grande número de respostas nos sites acadêmicos, foi utilizada a exploratória, pois segundo Gil (2002, p. 41, 42) “pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a contribuir com hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevista”. Entretanto, quando ficou de forma saturada os resultados, encerrou-se a pesquisa.

“Considera-se saturada a coleta de dados quando nenhum novo elemento é encontrado e o acréscimo de novas informações deixa de ser necessário, pois não altera a compreensão do fenômeno estudado. Trata-se de um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de dados” (Nascimento, et. al.,2017, p. 244)

Além disso foi usado para este estudo as palavras-chaves, “contos-de-fada”, “abuso-infantil”, “maus-tratos-infantis”, “conscientização” nas pesquisas feitas nos sites, artigos, entre outros. A pesquisa bibliográfica contou com o uso de artigos científicos e a interpretação de um livro, além de uma pesquisa de campo. O livro utilizado de base para o entendimento da história dos contos de fada é de Karin Hueck, publicado em 2016 com o título de “O lado sombrio dos contos de fada”. Também foi utilizado como base para este

estudo os artigos de Heliana Castro Alves, publicado em 2007 com o título “Utilização dos contos de fada e atividades simbólicas na compreensão de crianças vítimas de violência”, o artigo “Que boca grande é essa? Uma história, real, de abuso infantil” feito por Luisa Gumiero Dias; Jane Biscaia Hartmann; Cristiane I. Gheno; Maria Luiza de L. Passianotto. “Respostas ao teste contos de fada em crianças com e sem vivência de abuso sexual” da autora Maria Luiza Leal Pacheco. “As práticas profissionais realizadas em situações de maus tratos infantis: uma revisão integrada” dos autores Beyle Pereira da Silva e Denise de Camargo e “Doença mental e os estranhos personagens da literatura infantil” de Rogerio F. Guerra. Além de artigos secundários para complementar os estudos desses autores.

O procedimento usado para a pesquisa de campo, foi a análise qualitativa que busca compreender e interpretar determinados comportamentos, opiniões, expectativas, sentimentos, percepções, entre outros aspectos imateriais. Nesta pesquisa não se busca por números, mas entender o caminho de decisão sobre o problema do tema.

“à pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. (Denzin e Lincoln, 2006)

A pesquisa de campo aconteceu através do google *forms*, o público-alvo desta pesquisa são profissionais da educação, onde foram feitas perguntas fechadas e abertas para que pudesse ser coletado dados mais precisos sobre o tema dos contos de fada e os maus tratos infantis. A pesquisa ficou disponível por 30 dias, entre 24 de setembro de 2023 a 24 de outubro de 2023, e alcançou o total de 12 participantes de 5 cidades do interior do estado de São Paulo.

Para complementar através de portais de pesquisas acadêmicas como Scielo, google acadêmico, portal periódico foi possível realizar análises de documentos como os artigos citados a cima, além de proporcionar uma busca mais aprofundada sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, dados do Disque100 no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e a UNICEF.

Assim a pesquisa embasara a história da violência infantil, como os contos de fadas surgiram e as semelhanças com a cultura da violência e como ele se transformou com o passar do tempo. E que através do lúdico é possível utilizar os contos de fada como ferramenta para que se possa servir para a prevenção e alerta sobre a violência infantil.

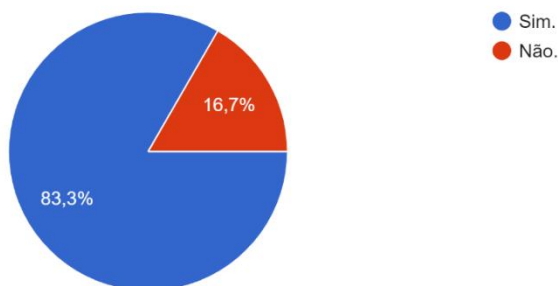
2. Discussão dos resultados obtidos

A pesquisa qualitativa feita foi enviada para 4 escolas do interior do estado de São Paulo, entretanto foi constatado que os participantes não são somente desta cidade, como também de outras cidades do interior. Ao total tiveram 12 participantes, com idade entre 20 e 49 anos onde 50% é entre 20 e 29 anos e os demais divididos entre as outras faixas-etárias. A maioria 83,3% são do sexo feminino, 8,6% masculino e 8,6% de outra sexualidade. Quando perguntado em qual área da educação os participantes trabalham foi constatado que 75% trabalham no nível de ensino do fundamental 1 e 25% na pré-escola.

A leitura dos contos de fadas é fundamental para o lúdico pois segundo Winnicott; 1975, Oliveira; 2002 “a ludicidade está presente em todas as fases da vida de cada ser humano”, pensando nisso foi perguntado se os participantes leem contos de fadas para as crianças e foi constatado os seguintes resultados no gráfico 1.

Gráfico 1: Total de profissionais da educação que realizam leitura de contos de fadas para alunos

Você lê histórias infantis como os contos de fadas para seus alunos?
12 respostas



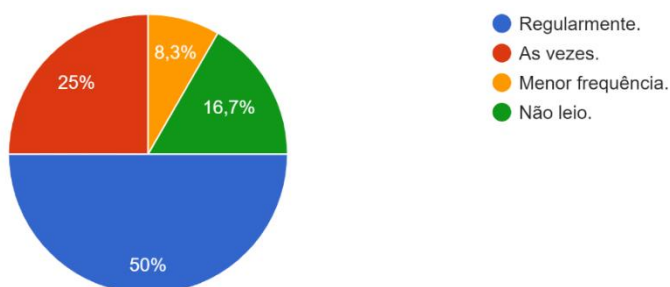
Percebe-se que a maioria dos participantes (83,3%) leem contos de fadas para as crianças em sala de aula, Costa, (2003) fala que “os contos de fadas são favoráveis no desenvolvimento da personalidade das crianças, pois através dos mesmos elas conseguem reproduzir situações e enfrentar problemas”.

Para complementar essa ideia, foi perguntado qual a frequência que é lido os contos de fadas nas salas de aulas, já que Emmel, (2004) defende que “estimular o faz de conta utilizando recursos da dramatização e do palco possibilita que a criança crie situações e histórias”.

Gráfico 1: Média da quantidade de participantes que faz leitura dos contos de fada.

Com que frequência você lê histórias infantis, contos de fadas ?

12 respostas



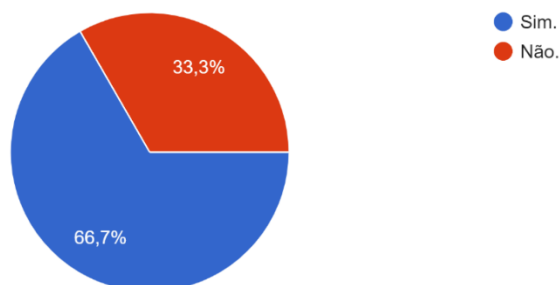
A média dos participantes (50%) leem regularmente para as crianças, o que mostra que a maioria dá importância aos contos como forma lúdica. Segundo Alves, (2007) “a exposição dos contos de fadas as crianças são significativas, porque as crianças conseguem encontrar soluções através absorção do que a história passa comparando os conflitos da mesma”.

Pensando nos maus tratos infantis (Barnett, 1997, in Silva e Martinez, 2005) ressalta que “esses eventos acabam por ser contrariador ao desenvolvimento psicológico”. Dessa forma foi perguntado aos participantes se os próprios já conseguiram identificar nos contos de fadas meios para conscientizar as crianças sobre os maus tratos infantis.

Gráfico 3: Contos de fadas como conscientização.

Você já conseguiu identificar nos contos de fadas meios para sua utilização como forma de conscientizar as crianças sobre maus-tratos?

12 respostas



Para ter uma melhor análise sobre como os participantes conseguiram identificar nos contos de fadas meios para sua utilização como forma da conscientização para as crianças sobre maus-tratos, pois segundo Guerra, 2009 “A importância das histórias infantis ultrapassa o simples entretenimento, como as fábulas que transmitem ensinamentos morais e estimulam o discernimento cognitivo.” uma pergunta em aberto pedindo para que justificassem a resposta anterior foi solicitada.

Tabela 1: Resposta agregada ao gráfico 3.

Categoria positivas.	Exemplo
Conceitos.	“Todas as histórias infantis nos trazem conceitos, atitudes valores que levamos para a vida De maneira lúdica a história nos permite utilizar destes recursos.” (Participante 1)
Exemplo.	“Sim, como por exemplo na história de Cinderela.” (Participante 4)
Problematização.	“Sim, por meio da problematização das histórias.” (Participante 5)
Senso Crítico.	“Sempre vou lendo e conversando com os alunos, questionando sobre aquilo ser errado ou certo, se fosse eles no lugar da personagem o que eles iriam fazer etc. Faço isso para formar o senso crítico, além de incentivar a imaginação deles. Portanto sim, consigo trabalhar o tema de maus-tratos com os alunos através de contos de fadas.” (Participante 6)

Situações.	“Alertando para possíveis situações que não seriam boas ou aceitas no cotidiano. Por exemplo o beijo do príncipe encantado na Bela adormecida... sem a autorização e ou vontade da mesma.” (Participante 7)
Material Lúdico.	“O material lúdico é perfeito, mas no fundamental 2 infelizmente não temos muito.” (Participante 8)
Debater.	“Anteriormente, quando tinha autonomia gostava muito de contar histórias para as crianças. O costume era debater sobre o conto e alguns acontecimentos, onde as crianças trazem suas experiências.” (Participante 10)
Categorias Negativas/Adversas.	Exemplo.
Oportunidade.	“Não tive a oportunidade de abordar tal situação.” (Participante 2)
Naturalizam.	“Não, eu acho que eles naturalizam maus tratos. Exemplo: trabalho escravo da Cinderela, beijo nela depois de morta, sequestro da Bela, cárcere privado da Rapunzel. Criam-se narrativas e culturas em que a violência é naturalizada e que o homem é o Salvador.” (Participante 3)
Nunca trabalhei.	“Nunca trabalhei esse tipo de conteúdo focado em maus tratos, e sim como lazer.”

Fonte: Autoria própria, a partir dos dados coletados, 2023.

Entende-se que para a maioria dos contos de fadas podem ter algum tipo de contribuição quando o assunto é a conscientização, pois as crianças têm capacidade de ligar problemas existentes em seu cotidiano com comparativos das histórias.

Segundo Pacheco (2011, p.) “nos contos de fadas, os problemas ligados aos seres humanos têm um desfecho, conclusão otimista, que proporciona à criança criar meios reconfortantes que habitam seu inconsciente, sua imaginação”.

Para instigar os participantes da pesquisa, mais uma pergunta em aberto foi feita para saber qual a opiniões e ideias que eles têm a respeito dos maus-tratos e os contos de fada, dessa forma a pergunta em questão, indaga o seguinte “De que forma você acha que os contos de fadas podem colaborar na conscientização das crianças sobre os maus-tratos?”

“As estórias de fadas falam ao nosso inconsciente, e, por conseguinte não precisam evitar as contradições, já que elas coexistem facilmente no nosso inconsciente”. (Betterheim, 2002, p.188).

Tabela 2: Justificativas fornecidas pelos participantes para adentrar sobre formas e questões que podem ajudar na conscientização dos maus-tratos com as crianças dentro da sala de aula.

Categorias positivas	Exemplo.
Valores.	“Através de exemplos e valores transmitidos na história.” (Participante 1)
Lúdico.	“Maneira lúdica.” (Participante 2)
Situações.	“De forma lúdica os estudantes compreendem situações de maus tratos.” (Participante 4)
Positivamente.	“Positivamente quando explorado todas as vertentes de autoestima, cuidados com o corpo e situações que exigem mais atenção nos pormenores. Jeitos de falar, ser tratado, situações no contexto social.” (Participante 6)
Cultura.	“Podem refletir sobre a importância da cultura, leitura e enriquecimento da oralidade.” (Participante 7)
Abordando.	“Abordando assuntos mais pesados para a idade das crianças, de forma divertida e educativa.” (Participante 8)
Experiencias.	“Nas suas experiencias e nos acontecimentos, relacionando o que ouve nas histórias com possíveis maus-tratos.” (Participante 9)
Categorias Negativas/Adversas.	Exemplo.
	“Na verdade, somente se modificados permanentemente. Não basta contar a história e depois tentar mudar o que se criou culturalmente na cabeça das crianças. É preciso

Aspectos.	<p>contar outras histórias em que tais aspectos não sejam colocados, é uma questão de construção cultural, não podemos aceitar que essas histórias sejam contadas. Porque elas trazem a ideia de que pra você ser feliz para sempre vc tem que sofrer violência e ser salva por um homem. Depois você pode até conscientizar, mas a história principal sempre fica gravada na cultura.”</p> <p>(Participante 3)</p>
Problematização.	<p>“Os contos de fadas clássicos tendem a contribuir somente com a problematização posterior do professor, pois por si só eles trazem até a aceitação da violência e a perpetuação do patriarcado. Acredito que há novos contos de fadas que trazem outras narrativas e que podem conscientizar, com a Frozen.”</p> <p>(Participante 5)</p>

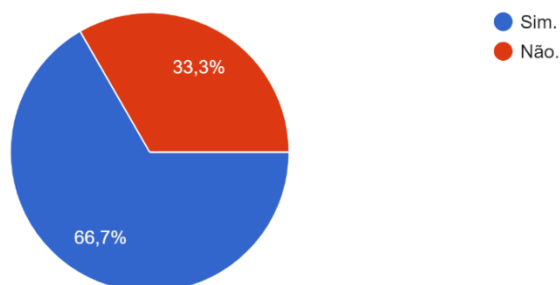
Deduz-se que o lúdico, a reflexão, experiências, exploração e autocuidado é uma das formas mais abordadas segundo eles para tratar de comparativos das histórias com os maus tratos, assim podendo utilizá-los em maiores exemplos de compreensão para as crianças. Segundo Alves (2007) “ao fazer uma análise sobre a psicanálise, diserta que os contos de fadas têm uma grande importância as crianças, porque são símbolos e comparações do modo que elas vivem inconscientemente”.

Mas entender também o que os profissionais da educação sentem ao se depararem em uma situação como o relato de uma criança que passou por algum tipo de violência também é importante para que se possa ter comparativos do que necessita ser melhorado nos quesitos de preparo do profissional para este tipo de situação. Segundo Silva e Camargo (2022), “a atuação de profissionais capacitados e sensibilizados para identificar e intervir em situações de violência infantil é essencial para garantir a proteção integral e minimizar o sofrimento da criança”. Pensando no emocional do profissional foi perguntado se ele já se sentiu desamparado em alguma situação onde a criança relatou algum caso de maus-tratos infantis.

Gráfico 4: Sentimento de desamparo.

Já se sentiu desamparada em alguma situação onde a criança relatou algum caso de maus-tratos infantis?

12 respostas



A maioria (66,7%) responderam que se sentem desamparados quando alguma criança relata a eles sobre algum acontecimento. Dessa maneira Silva e Camargo (2022) ressaltam que foi analisado em pesquisas teóricas que a maior parte dos profissionais não recebem nenhum tipo de treinamento ou informação sobre os maus-tratos infantis. E que isso muitas vezes, está atrelado ao fato de que mesmo na graduação o curso de pedagogia acaba tendo uma falha por não abordar a violência, não tendo em seu currículo os maus-tratos infantis, mulheres, idosos e até mesmo de pessoas com deficiência.

Assim, com está pesquisa exploratória qualitativa feita, pode-se complementar com as pesquisas teóricas feitas que os contos de fadas podem ser um instrumento capacitado para ajudar na identificação e conscientização dos maus-tratos infantis.

Através da ludicidade a criança consegue desenvolver o imaginário e repassar abordagens do seu cotidiano para comparativos das histórias infantis. Isso se aplica ao fato que:

“os contos trazem dentro de si exibições sobre relações familiares dos mais variados, a punição, a violência, a negligência entre outros meios de maus-tratos, perdura sobre o protagonista que tenta atravessar, transpor sobre seus ofensores, protegendo os valores dignos e de ajuda mágica”. (Alves, 2007)

Considerações Finais

O conteúdo abordado neste trabalho trouxe uma breve análise sobre a história da violência infantil, onde foi constatado que desde os primórdios da humanidade as crianças já sofriam com tal problema. Até porque não existia o conceito de infância e as crianças viviam em meio ao mundo adulto, o historiador Ariès apontou que somente com o final do

feudalismo e início do capitalismo, foi que a burguesia acabou dando mais ênfase para as crianças. O primeiro caso de estudo sobre a violência doméstica infantil se deu por Tardieu no ano de 1860, entretanto, apenas na década de 60, 100 anos depois foi considerado como um assunto merecedor de atenção pela sociedade e Estado e deu-se o nome de “síndrome da criança espancada”.

Mesmo com os direitos e leis reconhecidos na proteção da criança sendo universais, pela Organização das Nações Unidas, pela Constituição Federal e pelo Estatuto da criança e do Adolescente, a violência ainda persiste até os dias de hoje e segundo Lloyd deMause, apud Alves (2007) “a violência infantil está longe de ter um fim”.

Além do histórico da violência infantil na humanidade, também foi abordado a violência infantil que ocorre dentro dos contos de fadas e como foi o processo de adaptação até chegar ao mundo mágico de Walter Elias Disney. Os contos surgiram através da oralidade com histórias feitas a partir do cotidiano e da cultura dos indivíduos, mas acrescentados de símbolos, fantasias e mitologias para que as histórias ficassem mais intrigantes. segundo Hueck, 2016 “originalmente os contos não eram como os que temos acesso, entretanto mesmo com adaptações, ainda persistem partes ruins mesmo que passadas despercebidas”.

Alguns exemplos de acontecimentos que podem ser vistos como tipos de violências em contos de fadas, são o rapto/sequestro de Rapunzel ainda bebê, abandono na floresta na história de João e Maria, canibalismo com chapeuzinho vermelho, abuso psicológico e físico, negligência e até mesmo estado de escravidão com branca de neve, cinderela entre outras.

Vendo esta trajetória e comparação da história da violência infantil com os contos de fadas foi feita a seguinte questão que aborda “como os contos de fadas podem ser utilizados para ajudar na identificação, precaução e conscientização sobre os maus tratos infantis através da ludicidade?”

Segundo Bettelheim (2002), psicanalista austríaco, um dos estudiosos dos contos de fadas, “a criança é capaz de extrair significados diferentes do mesmo conto de fadas, dependendo de seus interesses e necessidades do momento, processando-os e resignificando”.

Como nem sempre a criança consegue se expressar em palavras, as brincadeiras contribuem muito para compreendermos como a criança constrói o mundo em sua

perspectiva. Para Piaget (1971), “quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois sua interação com o objetivo não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui”.

Em vista desse estudo podemos perceber que a violência contra criança está longe de ser extinguida, entretanto através dos contos de fadas e a ludicidade é possível recriar situações que a criança está passando, dando um significado a suas condições e a amparando.

“Os contos de fada, tem um benefício próprio pelo fato de que através dele, a criança pode expor abertamente seus sentimentos, comparando com o que se passa nos contos”. (Alves, 2007)

Através da pesquisa de campo feita com profissionais da educação, a maioria concordou que com os contos de fadas é possível abordar vários temas sobre os vários tipos de violência infantil e conscientizar as crianças. Pois segundo os participantes as histórias infantis trazem conceitos, atitudes e valores que podem ser levados para a vida. Uma resposta que chamou bastante atenção para a resposta que era buscada nessa pesquisa diz o seguinte:

“Sempre vou lendo e conversando com os alunos, questionando sobre aquilo ser errado ou certo, se fosse eles no lugar da personagem o que eles iriam fazer etc. Faço isso para formar o senso crítico, além de incentivar a imaginação deles. Portanto sim, consigo trabalhar o tema de maus-tratos com os alunos através de contos de fadas.” (Participante 6)

Assim conclui-se que é possível aborda os maus-tratos infantis através dos contos de fadas dentro da sala de aula instigando a criança, desenvolvendo sua ludicidade, sua imaginação, sua concepção do mundo, seus valores e dando a ela espaço para se expressar.

Referências

ALVES, Heliana C. **Utilização de Contos de Fadas e Atividades Simbólicas na Compreensão de Crianças Vítimas de Violência**. Dissertação de Mestrado. São Carlos, 2007.

- ARIÈS, Phillippe. **História Social Da Criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ASSIS, S. G. **Crescendo em Meio a Violência**. In: Westphal, Márcia Faria. *Violência e criança*. São Paulo, Edusp, 2002.
- AYRES, L. A. L; RIVEIRO, M. **A Importância de Brincar na Educação Infantil**. Prefeitura de Alvorada, 2023.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo, 1997.
- BETTELHEIM, B. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- BRASIL, Constituição da República Federativa, **Presidência da República Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasil, 1988.
- CIDADANIA, Ministério dos Direitos Humanos, **Disque Direitos Humanos (Disque100) – relatório**, 2019.
- CORSO, D. L; CORSO, M. **Fadas do Divã**, psicanálise nas histórias infantis. Porto Alegre: Artmed. 2006.
- DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: **a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41. In: <https://pt.scribd.com/document/474080055/DENZIN-N-K-LINCOLN-Y-S-Eds-O-planejamento-da-pesquisa-qualitativa-2-ed-Porto-pdf>
- DIAS, L. G.; HARTMANN, J. B; GHENO, C. L.; PASSIANOTO, L. D L. **Que Boca Grande é essa? Uma História, Real, de Abuso Infantil**. Ano: __
- EL-KATIB, U. **Quando se Trata de Investigar Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social**. Caderno de Terapia Ocupacional, São Carlos, UFSCAR, v.7, n 1, 1998, p. 1-13.
- EMMEL, M. L. G. **Proposições Sobre o Significado e a Função do Brincar no Desenvolvimento Infantil**. In: MENDES, E. G; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. (Org.). *Temas em educação especial: avanços recentes*. São Carlos: Edufscar, 2004. p. 84-89.
- FEDERAL, Governo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, sancionado em: 13 de julho de 1990. Das Disposições Preliminares Art. 5, 2021. p. 14.
- FEDERAL, Governo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, sancionado em: 13 de julho de 1990. Do Direito à Vida e à Saúde Art. 7, 2021. p.14.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção Sobre os Direitos da Criança**. A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela

Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisas. Ed. 4. São Paulo: Editora: Atlas, 2002. In:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf

GONÇALVES, H. S. Infância e Violência no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

GRIMM, Wilhelm e Jacob. **Wie Kinder Schlachtens Miteinander gespielt haben**. In: Kinder- und Hausmärchen, 1812. Traduzido por: Karin Hueck, 2016.

GRIMM, Wilhelm e Jacob. Das Eigensinnige Kind. In: Kinder- und Hausmärchen, 1857. Traduzido por: Karin Hueck, 2016.

GUERRA, Rogério F. **Doença Mental e os Estranhos Personagens da Literatura Infantil**. Universidade Federal de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas, 2009.

GUERRA, Viviane N. A. **Violência Física Doméstica Contra Crianças e Adolescentes: Os Difíceis Caminhos do Conhecimento científico**. 1993, nº 3. p. 138-139 In: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v1n3/v1n3a17.pdf>

HUECK, Karin. O Lado Sombrio dos Contos de Fadas: as origens sangrentas das histórias infantis. Editora Abril, 2016. p. 12, 14, 54-55, 90-97.

KISHIMOTO, T. M. Bruner e a Brincadeira. In: KISHIMOTO, T. M. (Org.). **O Brincar e Suas Teorias**. São Paulo: Editora Pioneira, 2002 p. 139-153.

MARCHESE, D. M. A. **Descartes de Recém-nascidos com Deformidades: Relendo Fontes Primárias**. Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas, v. 19, n. 3, p. 23-29, setembro/dezembro 2002 p. 24- 25 In:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/cZWFMJbVF4txXK8vjf8ZthH/?lang=pt&format=pdf>

Mark, Joshua J. **A Lei no Antigo Egito**. Traduzido por Maria Fernanda Gonzalez. *World History Encyclopedia*. World History Encyclopedia, 02 Out 2017. In:

<https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-16346/a-lei-no-antigo-egito/>

NEVES, R. M. C. **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA: UM LEVANTAMENTO A PARTIR DE INQUÉRITOS POLICIAIS REGISTRADOS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO AO CRIME CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, EM SALVADOR, ENTRE 2013 E 2015**. Salvador, 2017. In:

https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4234/1/Viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica%20contra%20crian%C3%A7a_um%20levantamento%20a%20partir%20de%20inqu%C3%A9ritos%20policiais%20registrados%20na%20delegacia%20de%20repress%C3%A3o%20ao%20crime%20contra%20crian%C3%A7a%20e%20adolescente.pdf

OLIVEIRA, V. B. O Brincar da Criança do Nascimento aos Seis Anos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 13-32.

PACHECO, M. L. M. **RESPOSTAS AO TESTE CONTOS DE FADAS EM CRIANÇAS COM E SEM VIVÊNCIA DE ABUSO SEXUAL**, Porto Alegre, março 2011 In: <https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/b3799c8d-fb80-4bbb-aefb-6c53c67987a1/content>

PERRAULT, Charles. *Contos do Tempo Passado com Moralidades*. Tradução: Karin Hueck.

ROSSI, R. **DIREITOS DA CRIANÇA E EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO E RESSIGNIFICANDO A CIDADANIA NA INFÂNCIA**. Londrina-PR: 2008 In: <file:///C:/Users/x/Downloads/2008%20-%20ROSSI%20Roberto%20de.pdf>

SILVA, B. P.; CAMARGO, D. **As Práticas Profissionais Realizadas em Situações de Maus-tratos Infantis**: uma revisão integrativa. Artigo apresentado em 02/09/2022 Aprovado em 08/11/2022 Versão final apresentada em 10/11/2022.

SILVA, C. S. **Violência Doméstica e Desenvolvimento Infantil**: Estudo Exploratório Sobre Atitudes de Profissionais da Saúde em um Hospital Pediátrico. São Paulo, 2006 In: <https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/b3799c8d-fb80-4bbb-aefb-6c53c67987a1/content>

SLENE, R. W. **Na Senzala Uma Flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. Editora: UNICAMP, 2012.

ZIPES, J. **FAIRY TALES AND THE ART OS SUBVERSION**. Nova York: Routledge Classics, 2012, p. 203. Traduzido: Karin Hueck, 2016.